

## Hucam cai nas garras da Ebserh

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), instrumento criado pelo Governo Federal em 2010 para fazer uma espécie de 'privatização' da saúde pública, é realidade no hospital-escola da Ufes. O contrato com a empresa foi assinado pelo reitor Reinaldo Centoducatte no dia 15/04, contrariando a comunidade acadêmica e entidades dos servidores públicos e da saúde.

Desta forma, o reitor segue o projeto de desmonte da saúde do governo Dilma Roussef, do PT, partido que, no governo Fernando Henrique Cardoso, se colocava contra as privatizações. E há muito que o Estado brasileiro vem desrespeitando a autonomia universitária e impondo suas (contra) reformas nas universidades.

Foi assim com o Reuni e agora com a Ebserh, a qual o governo já disse que as universidades terão que aceitar a empresa por bem ou por mal.

Algumas já rejeitaram a privatização dos seus hospitais, mas não foi o caso da Ufes. Por debaixo dos panos, Centoducatte selou o convênio, utilizando de uma manobra antidemocrática envolvendo até mesmo o próprio Conselho Universitário. O Consuni deu o aval à decisão do reitor dias depois do contrato assinado, em total subserviência à Administração Central.

**Tratorada.** Na sessão ordinária do Consuni, em 25/04, houve apenas dois votos contrários à Ebserh: Raphael Góes Furtado e Antônio Carlos Santos Cruz, representantes dos docentes e dos técnico-administrativos, respectivamente. Outros representantes dos três setores (técnicos, estudantes e professores) estavam em Brasília, participando da Marcha Unificada em defesa da Educação e da Saúde Pública.

A inclusão inesperada do tema na pauta da reunião foi taxada de golpe. "Coroou a intransigência do reitor na



condução desse e outros processos na Ufes. Esse contrato reduz a autonomia universitária, ameaça o caráter público da educação e saúde. A Ebserh é voltada para o lucro", afirma Raphael Góes. Ele lembrou que o reitor desconsiderou o posicionamento contra a Ebserh de Conselhos Federais de categorias Profissionais, como Ser-

viço Social, Fonoaudiologia, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e de Medicina. De forma apresada, a reitoria nem mesmo esperou o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF), que aponta a inconstitucionalidade da Ebserh.

## Perigo à saúde pública: O que será entregue?

**Tudo!** O patrimônio físico (prédios, equipamentos), humano e financeiro. O Hospital Cassiano Antônio Moraes (Hucam), em Vitória, opera na lógica privada, ou seja, primando pela produtividade, pelo cumprimento de metas e por elementos que compõem uma administração empresarial. Tal lógica do lucro está acima do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Dupla-porta.** Em vez de atender somente de maneira

gratuita, como deve ser todo hospital-escola, a Ebserh permite que usuários de planos de saúde possam ser atendidos.

**Quebra do Regime Jurídico Único (RJU).** Não haverá concurso público no Hucam, e sim processo seletivo simplificado. Os trabalhadores serão funcionários públicos celetistas.

"A Ebserh institucionalizará diferentes regimes de trabalho. É o desmonte da saúde", critica o presidente da Adufes, José Antônio da

Rocha Pinto.

**Autonomia Universitária.** Outro docente preocupado com o futuro do Hucam é o professor Rafael Teixeira, do departamento de Serviço Social. Para ele, a Ebserh é uma ameaça à concepção de ensino, pesquisa, extensão, que são base da universidade. "Os Hospitais Universitários (HUs) são referência para os menos favorecidos e essa rede pública de saúde está ameaçada", avisa.

## Assembleia Geral da Adufes

**Agende-se!** Dia 21/05, às 10h, tem Assembleia Geral na sede da Adufes, no campus de Goiabeiras. Entre os pontos previstos para discussão estão os reajustes do Plano da Unimed e outros assuntos. Em breve divulgaremos a pauta completa da plenária no site e no boletim semanal Adufes. **Participe!**

# Obras do RU do campus de Alegre estão a “passos lentos”

**A entrega do prédio prevista para março foi adiada para julho. Enquanto o refeitório não sai, estudantes, professores e técnico-administrativos se viram como podem: fazem as refeições em salas de aulas e, inclusive, no chão.**

A universidade continua preparando os alimentos na cozinha do RU antigo, mas as refeições são servidas em marmitex. E os transtornos são muitos. Além da falta de local adequado para as refeições, os frequentadores não contam com talheres e guardanapos. Diariamente são entregues cerca de mil refeições.

“Temos que trazer os utensílios de casa ou esperar o colega terminar a refeição para

pegar os talheres emprestados. É muito constrangedor isso”, reclama a estudante de Engenharia Química, Nathalia Busato, cobrando mais agilidade no andamento da construção.

**Adequação do projeto.** A universidade alega que a obra parou no final do ano passado para ajustes no projeto original, mas que o RU está saindo do papel. “Tivemos necessidade de quebrar a laje do refeitório, mas em breve a obra será entregue”, garante o diretor do Departamento de Obras e Manutenção da Ufes (DOM), Claudio Zanetti Bonetti.

De acordo com o diretor, o contrato com a Ekos Construtora Ltda foi assinado em 14 de maio de 2012, com o prazo de 300 dias, não cumpridos. A entrega das obras agora é até 03 de julho. O valor inicial do empreendimento - R\$ 1.398.720,89 - com as adequa-



Foto: Comunicação Adufes

A conclusão da obra do RU do campus está prevista para julho de 2013.

ções passou para xxxxx. “O aditivo demorou porque o orçamento da União ainda não tinha sido aprovado. Agora o aditivo já foi assinado e as obras recomeçam este mês”, afirma Zanetti

**Falta de planejamento.** Além do RU, a comunidade convive com falta de salas, laboratórios e ainda suportar ambientes quentes e sem ven-

tilação. “Não há salas de aulas suficientes e laboratórios. No verão sofremos com o calor, pois nem todas as salas têm ar condicionado ou ventiladores”, denuncia o professor Heberth de Paula, do departamento de Farmácia. Na avaliação, todos esses transtornos poderiam ser evitados se a Ufes tivesse planejamento coerente com cada *campi*.

## Unidades experimentais sofrem com a falta de RU

Quem precisa se deslocar para as unidades experimentais que ficam distantes do campus do CCA, em Rive e São José do Calçado, sofre para se alimentar. Os locais não possuem restaurantes universitários e nem há entrega de marmitex por parte da universidade.

“Não temos nenhum restaurante ou lanchonete por perto. Levamos comida de casa ou ficamos com fome”, critica a presidente do Centro Acadêmico (CA) e estudante de Medicina Veterinária, Larissa Pim

Calabrez. Rive e São José do Calçado ficam a 8 km e 60 km de Alegre, respectivamente.

“Queremos um RU em Rive ou pelo menos o fornecimento de marmitex. Além disso, sofremos com a carência de transporte intercampi, com o fornecimento de água, de luz e a falta de moradia estudantil. São problemas que precarizam as condições de ensino e dificultam a permanência da comunidade acadêmica nas unidades”, concluiu Larissa.

## Adufes sedia Encontro da Regional Leste do Andes-SN

O 84º Encontro da Secretaria Regional Leste começará no dia 17/05 (sexta-feira) com conferência do professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) José Miguel Bendori Saldanha e da assessora política do Sindsaudeprev-ES, Lujan Miranda (Sindsaudeprev-ES), que falarão sobre “FUNRESP e Direitos Previdenciários”. A palestra será de 18 às 21h, na sede da Adufes, em Goiabeiras, e aberta a todos os docentes.

No sábado, 18/05, será a reunião organizativa da Regional Leste e as respectivas Seções Sindicais (AD's). Na pauta da reunião, haverá informes da Diretoria Regional e das seções sindicais, plano geral de lutas, planos de luta dos setores, avaliação política e demais encaminhamentos. A regional Leste, da qual a Adufes faz parte, é a maior do Andes-SN. Engloba AD's de Minas Gerais e do Espírito Santo.

# Greve contra privatização paralisa atendimento no Hucam

Os servidores do Hospital Universitário Cassiano de Moraes, mais conhecido como Hospital das Clínicas, em Vitória, cruzaram os braços em protesto contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A greve por tempo indeterminado foi iniciada na segunda-feira, 06, e suspendeu consultas e exames, com exceção apenas para os atendimentos de programas especiais.

Faixas, panfletagens e até velório com padre rezando já marcaram o protesto contra a privatização da unidade. De acordo com Janine Teixeira, diretora do Sindicato dos Trabalhadores (Sintufes) e coordenadora geral da Federação de Sindicatos de Trabalha-



Técnicos-administrativos da Ufes em assembleia, votam pela greve contra a provatização do Hospital Universitário.

dores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Público do Brasil (Fasubra), o fim da greve depende só do reitor. "Ele assinou o contrato com a Ebserh por conta

própria, então pode suspender sem nenhum problema", observou Janine, demonstrando a revolta com a falta de debate com a comunidade universitária e população em

geral. Ela lembrou que, além de ferir a autonomia universitária, a Ebserh precariza as relações de trabalho e abre brecha para a privatização do atendimento.

## Lista de rejeitados da Ebserh causa constrangimento

O clima entre os trabalhadores do Hucam é de indignação. A universidade divulgou uma lista de mais de 100 trabalhadores que serão remanejados da unidade para outros campi. "Esses terão que sair do hospital porque a Ebserth se nega a ficar com eles. Não há definição de como ficará a situação de cada um e quais os critérios utilizados para montar essa lista", diz a diretora do Sintufes Janine Teixeira.

Segundo ela, o sindicato protocolou uma pauta de reivindicação na reitoria que contempla a manutenção da jornada atual de trabalho de 30 horas e abertura de debate sobre Ebserh com a comunidade acadêmica. "Fiz concurso para trabalhar para a Ufes e não para uma empresa de lógica privatista", des-

bafou uma trabalhadora que pediu para não ter o nome divulgado.

**Usuários apreensivos.** A aposentada Creuza Maria Ramos, 67 anos, saiu do bairro Vista da Serra, na Serra, para ser atendida no hospital-escola. Segundo ela, uma suspeita de câncer no pâncreas a leva com frequência à unidade. "Tenho medo dessas mudanças que estão vindo por aí. Se o hospital abrir o atendimento para quem tem plano de saúde, nós seremos prejudicados", ressaltou.

Outro que está temeroso é o aposentado João Ramos, 71 anos. "Venho aqui direto em busca de atendimento. Acho que o hospital precisa de investimento e não ser privatizado", opinou.

Segundo levantamento



recente feito pela Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, 17 universidades aderiram à Ebserh.

De acordo com dados da Frente, das 32 universidades que têm hospitais universitários, além da Ufes, mais quatro já assinaram contrato com a Ebserh: a Universidade Fede-

ral do PiauÍ (UFPI), a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Universidade de Brasília (UNB). Dessas entidades, os contratos da UNB e em UFTM estão sendo investigados pelo Ministério Público Federal.

# Abaixo-assinado pela anulação da Reforma da Previdência segue até 12 de junho

**Passe o abaixo-assinado em seu local de trabalho, de estudo. Leve para casa e pegue a assinatura de familiares e amigos.**

O sindicato orienta os docentes da ativa e aposentados que se engajem nesta campanha. Todos podem assinar. A Campanha foi prorrogada até 12/06 em todos os setores do serviço público federal. Na Ufes (campus de Goiabeiras), os pontos de coleta estão situados na sede da Adufes, que funciona de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18 horas; e na Associação dos Aposentados da Ufes (Asaufes), das 9 às 16 horas.

Há coleta nos campi de Alegre e São Mateus.

Aprovada no primeiro ano do governo Lula (PT), entre outras maldades, a reforma quebrou a paridade entre ativos e aposentados, aumentou a idade mínima para a aposentadoria e abriu as portas para a privatização da previdência dos servidores públicos. A privatização do sistema veio no ano passado, no governo Dilma Rousseff (PT), com o Funpresp.

A falácia do governo para justificar a criação de mecanismos de privatização da previdência foi alvo de críticas do presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto. “Enquanto aponta a existên-

cia de um suposto déficit na previdência e culpa os servidores por isso, o governo desvia o dinheiro dos investimentos sociais para o pagamento de juros da dívida pública”, ressalta Rocha.

Nascida do processo ilícito “mensalão”, a reforma foi literalmente comprada. O próprio Supremo Tribunal Federal (STF), concluiu que a aprovação em 2003 se deu com o auxílio da compra de votos de parlamentares. A meta da campanha é colher, no mínimo, uma milhão de assinaturas. O resultado será entregue ao Supremo Tribunal Federal – STF, Ministérios da Previdência Social e Planejamento, além do Congresso Nacional.

## Sindicato faz atualização de cadastro dos associados

O objetivo é atualizar e-mail, telefone, endereço e demais dados pessoais para que as informações do Sindicato cheguem a todos. É um dos principais meios de comunicação entre a entidade e os associados é a internet. Por isso, os endereços de e-mail precisam também estar sempre em dia. Envie seus dados atualizados para [secretaria@adufes.org.br](mailto:secretaria@adufes.org.br) ou, se preferir, acesse o site da Adufes, na guia Associados e preencha o formulário



## NOTÍCIAS DO JURÍDICO

### Juíza condena Ufes a pagar valores de “exercícios anteriores”

No último mês, a universidade foi condenada pela 6ª Vara Federal Cível a pagar um professor, valores reconhecidos administrativamente como “exercícios anteriores”. A Ufes alegou, preliminarmente, a ilegitimidade para figurar como parte do processo afirmando que a responsabilidade para a liberação da verba é do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e da União.

A universidade alegou, inclusive, que pelos valores pretendidos já terem sido reconhecidos administrativamente, a falta de pagamento estaria limitada à dis-

ponibilidade orçamentária. Sendo assim, a ação deveria ser julgada improcedente.

De acordo com a juíza federal Viviany de Paula Arruda, a Ufes possui autonomia financeira e legitimidade plena para efetuar o pagamento de valores referentes ao vencimentos dos servidores. No mérito, a magistrada afirmou também que a fixação de diretrizes para a execução orçamentária geral não é impedimento à ampliação de despesas decorrente de condenação judicial.

Esclarece, ainda, que o pagamento a ser realizado, dependerá, sim, de dota-

ção orçamentária própria, o que em momento algum, deve corresponder a impedimento ao cumprimento da obrigação. Assim, a Juíza acatando os fundamentos apresentados pela Assessoria Jurídica da Adufes, determinou a condenação da Universidade ao pagamento dos valores e destacou a necessidade de correção monetária a partir da data do evento, e juros de mora a partir da citação, nos termos do artigo 1ª-F, da Lei nº 9.494/97.

É válido lembrar que ainda cabe recurso à sentença pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

## Inscrições abertas para planos da Tim

Dependendo do número de interessados, a Adufes assinará contrato com a operadora Tim. Para isso é preciso que os associados façam o pré-cadastramento. Envie email para [sindicato@adufes.org.br](mailto:sindicato@adufes.org.br) ou ligue para Adufes: 335-2717.

